

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM UMA ESCOLA DE ENSINO REGULAR: PRÁTICAS INCLUSIVAS E DESAFIOS¹

Franciele Dalapícola dos Santos
UFES

frandalapicola@gmail.com

Girlaine de Oliveira Coelho
UFES²

coelhogirlaine@gmail.com

Nazareth Vidal da Silva
UFES³

newpedagoga@gmail.com¹

Eixo temático: Formação de Professores
Pôster de Pesquisa

Resumo: O presente artigo foi elaborado como requisito da disciplina Pesquisa, Ensino e Prática Pedagógica I e apresenta uma discussão sobre a inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial (PAEE) de uma escola municipal regular de ensino fundamental. O objetivo era saber como o conceito de inclusão é trabalhado, como e se é feito o PDEI (Plano de Desenvolvimento Educacional Individual) nessa escola e refletir sobre a necessidade de uma escola que exerça um trabalho de caráter colaborativo. O foco teórico dessa pesquisa é o desenvolvimento no processo ensino de aprendizagem a partir da teoria sócio-histórico-cultural de Lev Vygotsky. A pesquisa, de natureza qualitativa, foi desenvolvida em uma escola localizada no município de Vitória-ES. Sendo realizada entrevista semiestruturada com a participação de uma das professoras especialistas da escola e também a observação do local. Denota-se um estudo acerca do trabalho de inclusão dessa escola e também das dificuldades enfrentadas pela mesma que tornam com que esse processo não consiga ser homogêneo, de maneira que se torne uma realidade a todos os alunos público-alvo da Educação Especial matriculados. Conclui ressaltando como o trabalho colaborativo e a interação entre todos é importante nesse processo e, por conseguinte, a esses alunos. Destacando que o conceito de inclusão pressupõe uma educação que não só insira, mas que aprenda a conviver com as diferenças, gerando uma sociedade mais justa, que inclua todos e que não se restrinja apenas em uma realidade para o âmbito escolar, mas também, sociocultural.

Palavras-chaves: Educação Especial; Trabalho Colaborativo; Educação Inclusiva.

¹ Este artigo foi elaborado como requisito da disciplina Pesquisa, Ensino e Prática Pedagógica I sob a orientação da Professora Mariangela Lima de Almeida

² Graduandas em Licenciatura em Pedagogia/UFES

³ Mestranda do PPGEEDUC/UFES

Introdução

O aumento das matrículas de alunos com deficiência na escola regular ainda tem gerado desconforto para as escolas a partir de sua estrutura, que nem sempre está organizada de maneira que consiga atender esse novo aluno. Mesmo já sendo regulamentada por lei o dever da escola em garantir um ensino de qualidade que inclua a todos, sem distinções, quando falamos em alunos públicos alvo da educação especial muitas escolas ainda se deparam com dilemas relacionados pela inexperiência e falta de preparo por parte de professores, o que assim acarreta em uma insegurança geral e negligências no campo para que essa garantia seja efetiva.

Diante disso, essa pesquisa tem como objetivo geral identificar como se dá a inclusão do aluno com deficiência intelectual em uma escola regular, de ensino fundamental, da rede municipal de Vitória-ES. Buscamos responder também a partir dessa pesquisa os nossos objetivos específicos, que são identificar quais as práticas pedagógicas dos professores para a inclusão do aluno com deficiência intelectual, investigar quais os desafios enfrentados a cerca da inclusão desses alunos na escola regular e conhecer/entender como PDEI, Plano de Desenvolvimento Educacional Individual, do aluno auxilia no processo de inclusão e se ele é feito.

Referencial teórico

Ao falarmos de deficiência intelectual e educação inclusiva, logo nos deparamos com os estudos e conceitos de Lev Semenovitch Vygotsky, que em muitas obras se refere e cita a respeito do termo “defectologia” e da importância do conceito de mediação entre o ser e o meio.

O termo “defectologia”, era um termo social e usual da época que caracterizava as pessoas com alguma deficiência (visual, auditiva ou intelectual) como “com defeito”. O autor defendia a ideia de que estes, não deveriam ser limitados às

suas deficiências, mas sim, vistos a partir de suas potencialidades e possibilidades, pois defendia a teoria sociocultural, que acredita que o ser humano aprende e se desenvolve a partir da interação com o meio, sendo essas sempre implicadas principalmente pelo meio social, às pessoas e à cultura.

[...] a criança cujo desenvolvimento está complicado pelo defeito não é simplesmente uma criança menos desenvolvida que seus contemporâneos normais, senão desenvolvida de outro modo. (VYGOTSKY, 1997, p.12)

Ao pensar o desenvolvimento da criança a partir da interação sociocultural, Vygotsky aponta que, o que diferencia o ser humano dos animais são as relações sociais que fazemos. Podendo citar como exemplo uma criança que foi perdida numa selva e, partindo do pressuposto que essa criança sobreviva em meio aos animais, ela certamente não será como os outros seres humanos que cresceram em meio à civilização. Já que na selva ela não se apropriou dos conhecimentos alcançados pela humanidade, como o uso de talheres, por exemplo, usar roupas, o desenvolvimento da fala, ou seja, ela não se humanizou.

A aprendizagem das crianças se dá muito antes de irem à escola, Vygotsky (2007) afirma que “qualquer situação de aprendizado com a qual a criança se defronta na escola tem sempre uma história prévia” (p. 94) e isso se dá devido as interações sociais da criança desde o seu nascimento e “o aprendizado deve ser combinado de alguma maneira com o nível de desenvolvimento da criança” (p.94). Logo, chegamos à ideia em que o autor defende e aponta a importância e da influência no papel do mediador e da necessidade de uma real inclusão no meio escolar, onde o mediador neste caso é o principalmente o professor. Segundo o autor:

O aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer. (VYGOTSKY, 2007, p.101).

Para Vygotsky, o meio é de suma importância no processo de desenvolvimento do ser, como também são responsáveis do meio os resultados desse processo. Com isso, é impossível descartar a ideia de um ensino motivador e da inclusão dos alunos com deficiência em um ensino regular, pois onde mais se

daria o desenvolvimento social-cultural se não for incluído na própria sociedade, ao invés de colocados em escolas e salas especiais?

Vygotsky (1997) ainda ressalta que:

Qualquer pessoa entende que não há nada mais indesejável do que a seleção de acordo com as particularidades negativas. Quando fazemos essa seleção, corremos o risco de nos separar e nos unir em um grupo de crianças que terão pouco em comum o aspecto positivo. (p.101)

A partir desses conceitos do autor, a pesquisa concorda que desenvolvimento do aluno se dá nas relações interpessoais. Sendo assim, o aluno precisa interagir com seus pares para melhor aproveitamento, desenvolvimento, aprendizagem e educação porque é através dela que nos humanizamos. Portanto, se faz necessária essa interação não só para o aluno com deficiência, mas também para o desenvolvimento da sociedade como um todo, pois o ser humano não é desenvolvido apenas pela linha biológica, mas também, consiste em um ser histórico e social, que se configura segundo a interação com o meio em que vive. Com isso, se torna evidente a necessidade de uma escola que venha diariamente a trazer uma nova cultura inclusiva, onde todos aprendem entre si e de respeitam.

Metodologia

Essa pesquisa é de origem qualitativa do tipo exploratória, em uma escola municipal de Vitória-ES, que visa conhecer e entender melhor o problema de pesquisa com vistas a torna-lo mais explícito. Fizemos levantamento bibliográfico com intuito de conhecer mais sobre nossa problemática, fomos a escola conhecer os alunos e fizemos a entrevista de forma semiestruturada, através de gravações, com uma das professoras de educação especial, que na pesquisa será apresentada como “Professora A”, a fim de conhecer o trabalho realizado com os alunos com necessidades educacionais especiais nessa escola.

Para tanto, tivemos contribuições como teórico metodológico de Lev Vygotsky (2007), com sua teoria sócio-histórico-cultural, onde o autor defende a

perspectiva que a sociedade aprende a partir interação com o meio, principalmente no meio social (às pessoas e à cultura local), da Constituição Federal e das Diretrizes Brasileiras (LDB) sobre as leis, de Ainscow (2009) e Mantoan (1998) sobre desafios e práticas pedagógicas e de Plestsch e Glat (2012), discutindo sobre o Plano de desenvolvimento educacional individualizado.

Desenvolvimento/resultados

A escola pesquisada fica no município de Vitória, é bastante ampla, conta com 12 salas de aula, laboratório de informática, sala de artes e ciências, auditório, sala de vídeo, pátio, quadra poliesportiva, sala de recursos, contando com uma excelente estrutura, e nela a comunidade é muito participativa e o conselho de escola é bastante atuante.

Fomos à escola no turno vespertino. Nessa escola são atendidos 17 alunos público alvo da educação especial. Para atender essa demanda foram contratadas três professoras especialistas, sendo duas da área de deficiência intelectual e uma de deficiência visual. A escola conta ainda com 12 estagiários para auxiliar no atendimento a esses alunos.

A Lei nº9394/96 (LDB) diz que:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (LDB/96)

Vimos que esse direito está sendo garantido a todos, inclusive aos alunos que necessitam de atendimento educacional especializado. Mas será que após se matricular o aluno já está incluído na escola? Perguntamos uma das professoras especialistas sobre isso e ela nos respondeu que:

— *Conforme a proposta da PMV e buscamos atrelar a teoria em nossas práticas constantemente. A cada início de trabalho (ano letivo) é comum a leitura de todos os documentos a respeito do aluno, observação do mesmo a fim de conhecê-lo*

e planejamento com os demais professores envolvidos com esse aluno e quando necessário, dialogar com a turma a respeito deste aluno/estudante (criança/adolescente) com deficiência neste novo espaço. (Professora A)

A realidade escolar dos alunos

Ao observar as ações vimos que poucos desses alunos público alvo da educação especial acompanham as atividades da turma, no mesmo nível dos demais alunos. Deparamo-nos com alunos já concluindo o ensino fundamental e que ainda estão em processo de alfabetização e outros que sequer reconhecem as letras. Contudo isso não quer dizer que o aluno não se desenvolveu, pois como aponta Vygotsky (2007) “[...] ao dar um passo no aprendizado, a criança dá dois no desenvolvimento, ou seja, o aprendizado e o desenvolvimento não coincidem”. (p. 94) Logo, há muito mais além do que as matérias de sala quando falamos em desenvolvimento e aprendizagem, pois apesar do normatizado não ser interiorizado, o desenvolvimento não se restringe só ao que aprendemos em sala de aula, então o aluno pode se desenvolver e aprender outras coisas que não estas.

A escola trabalha não só no sentido de escolarizar esses estudantes, mas também de trabalhar interação e a potencializar aquele conhecimento que o aluno já domina, possibilitando-o a atingir a outro nível de seu desenvolvimento. A partir disso a professora relata que os planejamentos “fecham em conjunto” entre as potencialidades e o Plano de Desenvolvimento Individual, que é de total importância em todo processo, pois a partir dele que são orientadas as ações e objetivos a serem alcançados.

Na visita, presenciamos dois casos, um aluno que tem autismo interagindo com os demais estagiários e alunos, de acordo com suas especificidades e limitações e uma aluna cadeirante participando da aula de Educação Física e sendo ajudada pelo professor a descer no escorregador. Logo nos foi apontado que nem sempre foi assim e que o aluno autista que vimos interagindo, quando chegou à escola recuava à tentativas de aproximação e só permitia o contato da

estagiaria que o acompanhava, também não se alimentava sozinho, quase não falava, não desenvolvia nas matérias e falava repetidamente as mesmas frases (característico do autismo). E percebemos uma grande evolução no desenvolvimento desse aluno, que hoje convive com as pessoas, conversa com os colegas de turma, aprendeu a se alimentar sozinho, melhorou muito a questão da coordenação motora fina. Esse aluno ainda não está totalmente alfabetizado, mas conseguiu um grande avanço em todas essas questões após um trabalho onde todos da escola que conviviam com o ele, começaram a não o verem mais como um aluno que precisava “ficar quieto”. Na medida em que as pessoas começaram a ver as coisas que ele gostava e a interagir com o mesmo, ele foi fazendo parte da escola e assim não sendo mais “um aluno especial”, mas um aluno como todos. Foi relatado que a família também sempre esteve presente em todo esse processo e na medida em que o aluno ia mudando, novas medidas iam sendo adotadas e repassadas para que continuassem em casa. Com isso, o aluno foi gradativamente mudando.

Em relação a esse fato a professora entrevistada também relatou sobre suas dificuldades no atendimento aos alunos do AEE, que vão de recursos humanos e materiais pedagógicos, até comprometimento da família em relação a aprendizagem.

Além desse caso, presenciamos uma ação do professor de educação física durante a aula que foi ministrada no parquinho da escola, ele perguntou a sua aluna, que é cadeirante e tem deficiência intelectual, onde ela queria brincar e imediatamente, ela apontou para o escorregador. Todos ficaram atônitos com a resposta dela e o professor mais que de pressa pediu ajuda ao estagiário e em nenhum momento recuou, assim cada um a segurou de um lado, a menina foi retirada da cadeira e em seguida, escorregou. Vimos a expressão de felicidade estampada em seu rosto e a euforia dos colegas.

Nesse dia não houve dúvidas que, de fato da necessidade do trabalho de todos no processo de inclusão, para que isso não se restrinja apenas a um professor ou só a equipe do AEE, mas da colaboração de todos que constituem a escola. Foi notável a importância de um trabalho colaborativo que vise uma inclusão que

saia do pressuposto de “aceitar/inserir”, é necessário um trabalho que vise mudar uma realidade sociocultural, que venha a entender que todos nós (seres humanos) possuímos nossas diferenças e somos parte para o desenvolvimento e formação do outro.

Na escola, a professora também apontou que muitos alunos não avançam em muitas questões básicas do desenvolvimento, exatamente por falta da ajuda e na colaboração de todas as famílias e professores que ainda se justificam através da fala *“de que não são capacitados para ajudá-los, como os professores de Educação Especial são, pois estudaram pra isso ou que tem muito trabalho e falta tempo para se apropriarem dessas questões.”*(Professora A).

Então, apesar da escola ser “modelo” em organização, estrutura e de ter casos e bons exemplos de que esse trabalho de inclusão está sendo feito e efetivo, ele ainda possui dificuldades para que seja uma realidade geral de toda escola e assim possa garantir que todos sejam incluídos socialmente.

Conclusão

Entendemos que já avançamos muito no que se refere à educação especial na referida escola, principalmente ao tratar de interação social e prós do trabalho colaborativo, visto bons exemplos dentro da instituição, mas ainda há muito a caminhar, como o pensamento dos professores e das famílias que ainda precisam mudar, o investimento na formação continuada de todos os professores para que se mude a visão a respeito da inclusão e das suas próprias práticas, trazendo um olhar mais sensível. Ainda faltam investimentos em materiais para contribuir nesse processo de todos os alunos terem as mesmas condições para a permanência e desenvolvimento escolar.

Referências

AINSCOW, M. **Tornar a educação inclusiva:** como essa tarefa deve ser conceituada? In: FÁVERO, O; FERREIRA, W.; IRELAND, T.; BARREIROS, D. (Org.). Tornar a educação inclusiva. Brasília: UNESCO, 2009, p. 11-24.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1998.

_____. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 23 dez. 1996.

MANTOAN, M.T.E. **Integração x inclusão:** Escola (de qualidade) para Todos. Pátio - Revista Pedagógica, Porto Alegre, n.5. p. 48-51,1998. Disponível em: http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2003/ep403/integracao_x_inclusao.htm

PLETSCH, M.D; GLAT, R. **A escolarização de alunos com deficiência intelectual:** uma análise de aplicação do Plano de Desenvolvimento Educacional Individualizado. Linhas Críticas, Brasília, DF, v. 18, n. 35, p. 193-208, jan./abr. 2012.

VIGOTSKI, L.S. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. – 7ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **Fundamentos de defectología.** La Habana: Pueblo y Educación, 1997.